

EIXO 1: POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA A FORMAÇÃO E O TRABALHO DOCENTE NA AMÉRICA LATINA NO ÂMBITO DOS PROJETOS EM DISPUTA

RECONFIGURAÇÃO CURRICULAR E TRABALHO DOCENTE: A REFORMA DO ENSINO MÉDIO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Míriam Morelli Lima de Mello

UFRRJ

miriamlima@ufrj.br

Viviane de Souza Rodrigues Xavier

UFRRJ

vivianerodrigues@ufrj.br

Resumo

Este trabalho integra a pesquisa *Estratégias de controle do trabalho educativo dos sistemas de ensino no contexto dos novos modelos de gestão* no marco da Reforma do Ensino Médio. A opção metodológica é qualitativa, de natureza básica, orientada pela perspectiva do materialismo histórico-dialético. Nesta apresentação são considerados os dados parciais da investigação documental e pesquisa de campo na Rede Estadual de Educação do Rio de Janeiro (REDE-RJ), com foco na reorganização escolar, no trabalho e na formação docente diante da reforma. A pesquisa parte do cenário estrutural da dependência econômica e conjuntural da reestruturação produtiva, bem como sociopolítico configurado pelo neoliberalismo mediado pela Terceira Via, que adota a “Nova Gestão Pública” e o gerencialismo como modelo de gestão a ser implementado nas escolas públicas como forma privilegiada de organização do trabalho escolar e da formação docente (Fernandes, 1972; Harvey, 2004; Bruno, 2001). Sob esse contexto, investiga-se a Reforma do Ensino Médio, oficializada pela Lei nº 13.415/2017 (Brasil, 2017), que instituiu uma reconfiguração das políticas educacionais brasileiras pela flexibilização curricular, ampliação da carga horária e adoção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), tendo a tríade currículo, avaliação e formação docente como eixos estruturantes da política (Brasil, 2021). Em 2023, propostas iniciais de revogação da reforma foram substituídas por um processo de avaliação e reestruturação, que culminou na sanção da Lei nº 14.945/2024 (Brasil, 2024). A nova legislação ajusta carga horária mínima e organização curricular, diferenciando formações propedêuticas e técnicas, mas

mantém retrocessos, como o ensino a distância. A crítica persiste quanto à exclusão dos educadores do processo decisório e à precarização do trabalho docente, restringindo a autonomia pedagógica e a formação crítica dos alunos. No tocante à REDE-RJ, a investigação documental evidencia que, mesmo antes da oficialização federal da reforma, esta já havia iniciado uma reformulação curricular inserindo componentes não cognitivos nas matrizes, como “Projeto de vida” e “Intervenção e pesquisa”, voltados à formação de um trabalhador de novo tipo (Mello; Rodrigues, 2022). Com a reforma federal, a partir de 2017, ampliou-se o Ensino Médio de Tempo Integral, inicialmente com ênfase em empreendedorismo, e sucessivas resoluções alinharam todas as matrizes curriculares à BNCC. Com a Lei 14.945/2024 (BRASIL, 2024), que determinou a obrigatoriedade de recomposição da carga horária na formação geral básica e diminuição do itinerário formativo, a Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC-RJ) efetuou um novo rearranjo para o ano letivo de 2025, recompondo, em média, 80% da carga horária na formação básica em relação ao ano de 2019, antes das alterações (Rio de Janeiro, 2025). Observa-se a manutenção da carga horária reduzida em Matemática, Língua Portuguesa/Literatura, enquanto Filosofia e Sociologia tiveram apenas parte da carga horária reestabelecida, perpetuando uma formação intelectual reduzida à classe trabalhadora. Em termos de conteúdo, a reforma pela SEEDUC-RJ mantém a ênfase nos componentes não cognitivos e na relação entre empreendedorismo e projeto de vida (Rio de Janeiro, 2023; 2024). Os dados mais recentes indicam que os cursos de horário integral mais ofertados são os itinerários “Empreendedorismo”, “Inovação e Mundo do Trabalho” e “Inovador”, que, juntos, totalizam 47% da oferta escolar na REDE-RJ (Rio de Janeiro, 2025), voltados à formação de habilidades e competências adaptativas e inovadoras no contexto da produção flexível e do desemprego. Na etapa da pesquisa de campo, atualmente em andamento, foram aplicados questionários *on-line* via *Google Forms* a uma amostra de professores efetivos do Ensino Médio presencial regular da REDE-RJ. Até o momento, 15 docentes responderam, e destacamos aspectos relativos às novas formas de gestão escolar e controle do trabalho docente. Dos respondentes, 11 têm até 46 anos e os demais 60 anos ou mais; 66% são homens. Quanto à formação profissional no Ensino Médio, 60% têm cursos profissionalizantes, sendo 40% egressos do Magistério. Todos possuem licenciatura, com 60% formados em instituições públicas. Destacam-se

ainda 11 mestres e um doutor em Antropologia. Todos possuem vínculo estatutário e mais de dez anos de atuação na REDE-RJ, sendo que 40% recebem até três salários mínimos, 26,7% até dois e apenas 26,6% acima de três, evidenciando a baixa remuneração docente. Todos atuam na região metropolitana do Rio de Janeiro, e 66,7% têm carga horária de 18 horas na REDE-RJ. No que se refere à implementação da reforma, apenas 33,3% dos docentes participaram ativamente da consulta realizada pela SEEDUC-RJ, enquanto os demais relataram participação passiva ou protocolar (33,3%) ou não tiveram participação (33,3%). Para 46%, não houve participação nas escolas que atuam, e 60% consideraram insuficiente o envolvimento da comunidade escolar. Quanto aos impactos no trabalho docente, 86,7% relataram mudanças em sua área/disciplina de atuação. Além disso, 60% passaram a ministrar disciplinas como “Projeto de Vida” e eletivas diversas, sendo que 46,7% indicaram que a mudança foi “impositiva” e fora de sua formação inicial. No entanto, apenas 20% relataram aumento de carga horária. Quase metade dos respondentes (46,7%) afirmaram não ter recebido informações da SEEDUC-RJ sobre o Novo Ensino Médio (NEM), seja de forma presencial ou remota, e 53,3% relataram ausência de materiais e preparo para as novas disciplinas. Apenas 13,3% relataram iniciativas da equipe diretiva para tratar do tema com o corpo docente. Embora 40% mencionem oferta de formação continuada para o NEM, muitos não participaram ou consideraram-na insuficiente. Por fim, para 80%, não houve apoio pedagógico para planejamento das aulas do NEM. A análise preliminar da implementação da reforma na REDE-RJ evidencia, a partir dos dados documentais e empíricos, um movimento de continuidade quanto aos conteúdos e finalidades formativas, associado a novos rearranjos curriculares em atendimento às normativas legais. O eixo central da proposta tem sido a formação de jovens à responsabilização individual frente a insegurança social e empregatícia. Os dados de campo parciais revelam impactos significativos no trabalho docente, com destaque para a baixa participação dos professores no processo de consulta e implementação, a imposição de disciplinas alheias à formação inicial e continuada, e a ausência de suporte pedagógico por parte da SEEDUC-RJ para o enfrentamento das novas demandas curriculares.

Palavras-chave: Reforma do Ensino Médio, Trabalho docente, Reconfiguração curricular.



Referências

BRASIL. **Lei Nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis n º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, [...]; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral [2017]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm. Acesso em: 24 jan. 2022.

BRASIL. **Lei Nº 14.945, de 31 de julho de 2024**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a fim de definir diretrizes para o ensino médio, [...] [2024]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14945.htm. Acesso em: 15 abr. 2025.

BRUNO, Lúcia. Poder e administração no capitalismo contemporâneo. In: OLIVEIRA, Dalila. **Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. Loyola: São Paulo, 2004.

MELLO, M. M. L. de; RODRIGUES, V. de S. Ensino Médio no Brasil: reordenamento federal e estadual. **Revista Trabalho, Política e Sociedade**, v. 7, n. 12, p. 1-18, 2022.

RIO DE JANEIRO. Conselho Estadual de Educação. Deliberação Nº 407, de 10 de dezembro de 2024 [2024]. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 16 dez. 2024. Ano L, Nº 233, Parte I, p. 28-29.

RIO DE JANEIRO. Secretaria de Estado de Educação. Resolução SEEduc Nº 6219, de 27 de dezembro de 2023 [2023]. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 29 dez. 2023. Ano XLIX, Nº 240, Parte I, p. 59-82.

RIO DE JANEIRO. Secretaria de Estado de Educação. Resolução SEEduc Nº 6313, de 27 de dezembro de 2024 [2024]. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 29 dez. 2023. Ano L, Nº 241, Parte I, p. 49-76.

RIO DE JANEIRO. Secretaria de Estado de Educação. **Matrícula Fácil**. Seeduc-RJ, 2025 [2025]. Disponível em: <https://www.matriculafacil.rj.gov.br/ConsultaVagas/Index>. Acesso em: 13 abr. 2025.